

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O IMPÉRIO BRITÂNICO ATRAVÉS DA LITERATURA DE VIAGEM: AS  
RELAÇÕES COLONIAIS COM A ÍNDIA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

LAURA VASCONCELLOS MONTEIRO DE OLIVEIRA

SÃO PAULO

2023

**LAURA VASCONCELLOS MONTEIRO DE OLIVEIRA**

**O IMPÉRIO BRITÂNICO ATRAVÉS DA LITERATURA DE VIAGEM: AS  
RELAÇÕES COLONIAIS COM A ÍNDIA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, da Faculdade de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho.

SÃO PAULO

2023

**Resumo**

O presente artigo analisa o imperialismo britânico no início do século XIX através da literatura de viagem. A obra *Journal of a Residence in India*, diário de viagem escrito por Maria Graham durante sua estadia na Índia entre os anos 1808 e 1811, foi o principal objeto de estudo, por meio do qual foi possível abordar o imperialismo de diferentes perspectivas. A autora, sua escrita, suas influências e o contexto em que viveu foram estudados para que se pudesse ter uma visão multifacetada do império britânico na Índia. A análise do relato de viagem foi acompanhada do diálogo com uma vasta historiografia, para que o artigo pudesse dar conta tanto das particularidades do contexto de Graham, como das estruturas maiores que regiam seu tempo.

**Palavras-chave:** Maria Graham; literatura de viagem; imperialismo; Índia; orientalismo.

**Abstract**

The present article analyzes british imperialism at the beginning of the nineteenth century, through the study of travel literature. The book *Journal of a Residence in India*, a travel diary written by Maria Graham during her stay in India from 1808 to 1811, was the main study object, through which the approach of imperialism from different perspectives was made possible. The author, her writing, her influences and the context in which she lived were studied so that a multifaceted outlook on the british empire in India could be formed. The analysis of the travel book was accompanied by the dialogue with an extensive historiography, in order for the article to cover both the singularities of Graham's context and the bigger structures which ruled in her time.

**Key words:** Maria Graham; travel literature; imperialismo; India; orientalism.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. MARIA GRAHAM.....</b>	<b>7</b>
<b>3. A ESCRITA DE VIAGEM E O DISCURSO IMPERIAL.....</b>	<b>11</b>
<b>4. COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS E CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO.....</b>	<b>18</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>24</b>

## Introdução

A Grã-Bretanha foi um grande expoente do imperialismo europeu desde os primórdios deste no século XVI, quando o país se estabeleceu como uma sólida potência marítima e comercial. Nos séculos seguintes, diversos fatores só viriam a confirmar tal posição, culminando no século XIX, momento em que o Império Britânico se coloca como o maior e mais poderoso império do mundo.

Entre o nascimento e o ápice do império, há o período crucial que explica seu desenvolvimento e prosperidade. O estabelecimento da Companhia das Índias Orientais no século XVII é um ponto essencial para a compreensão das dinâmicas do imperialismo britânico. O papel da Companhia no Oriente era essencialmente comercial em sua origem, com interesses privados guiando suas ações. Já no século XIX, contudo, uma ruptura acontece - em 1858, o território indiano, sob muitos aspectos a colônia mais importante da Grã-Bretanha, passa para o controle direto da Coroa, dando início ao chamado período do Raj Britânico. Esse marco é normalmente entendido como a concretização do Império no cenário mundial, e principalmente no âmbito asiático.

Um império duradouro e prestigioso como o britânico, naturalmente, gera um interesse significativo em estudiosos que se dedicam a examinar suas diversas facetas. É uma temática que já foi exaustivamente estudada em suas dimensões históricas. Procuo, com a presente pesquisa, trazer uma nova perspectiva para seu estudo, a partir de uma fonte que é pouco usada - a literatura de viagem.

Os escritos de viagens feitas por britânicos às colônias do império são lugares privilegiados de estudo do colonialismo britânico. Através desses escritos, entramos em contato com o imperialismo em seus diversos ângulos. Vemos como o viajante é influenciado pelo discurso imperial e como isso age efetivamente sobre suas relações com o espaço colonizado e seus nativos, como o imperialismo não estava contido nas políticas produzidas pela metrópole, mas disseminado em todos os níveis da sociedade, como o lugar colonizado era afetado por ele, como o colonialismo se formatava enquanto discurso e enquanto prática. A viagem conecta metrópole e colônia e por meio do seu estudo podemos abordar a história do império como a relação entre essas duas instâncias, ao invés de compartimentalizá-las.

A atividade imperial europeia, que tomou níveis expressivos a partir do século XVI, passou por momentos diferentes nos séculos XVIII e XIX. Em *Imperial Eyes*, Mary Pratt conectou as transformações nas viagens colonizadoras com as mudanças na literatura produzida nessas mesmas viagens. De acordo com a autora, durante os séculos XVI e XVII, os deslocamentos expansionistas geravam novos mapas e instruções de navegação. Porque o

que era primordial nos primeiros estágios do imperialismo europeu, especialmente no Oriente, era o estabelecimento de rotas comerciais, uma das principais fontes geradoras de riqueza para o Continente. No século XVIII, se deu uma alteração significativa. A literatura produzida a partir das viagens passou a se voltar para a sistematização da natureza dos territórios visitados e explorados (PRATT, 1992, p. 30)

Esse tipo de literatura de viagem estava conectado a uma nova forma de exploração - a busca por recursos comerciáveis, mercados consumidores e terras a serem ocupadas ou colonizadas (PRATT, 1992, p. 30-32). Agora, tão importante quanto chegar aos destinos da viagem, era explorar profundamente o seu interior para saber o que poderia ser extraído, em todos os sentidos. E é fundamental lembrar que esse tipo de escrita era essencialmente feita por europeus sobre espaços e povos não-europeus. Era um tipo de dominação planetária consciente - os espaços colonizados eram sistematicamente analisados e traduzidos para os que ficavam na Europa.

As mudanças pelas quais o império britânico passou nos séculos XVIII e XIX condizem com essas circunstâncias. A Índia deixava de ser um aglomerado de postos comerciais sob direção da Companhia das Índias Orientais. Já nos primórdios do século XIX, o território indiano sob controle britânico aumentava exponencialmente, e sua exploração se adequava às demandas da nova economia industrial. O ponto culminante se daria em 1858 com o fim da Companhia, quando o controle da Índia passou diretamente para a Coroa britânica, finalizando a transição do império informal no contexto do capitalismo comercial para o império formal na era do capitalismo industrial e transformando a Índia na colônia mais importante da Grã-Bretanha.

Nesse contexto, o diário de viagem de Maria Graham - *Journal of a Residence in India* - é uma fonte valiosa para o estudo do império britânico na Índia. A viajante britânica escreveu seu diário enquanto esteve na Índia entre 1809 e 1811, e o publicou em 1812. Não viveu, portanto, o período do Raj, mas argumenta que experienciou um momento crucial em que se articulava a transição explicada acima. Partindo da análise de Pratt e de autores como Peter Hulme, que atestam a conexão indissociável entre viagem e império, a importância do texto de Graham para entender o período transitório em questão se torna evidente. Seu texto deixa entrever como essa transição se dava nas instâncias menores, refletidas na experiência pessoal de Graham, e nas instâncias maiores, emitidas pelo império desde a Grã-Bretanha. Mas para essa análise ser completa é crucial entender, primeiramente, quem foi Maria Graham.

## **Maria Graham**

Maria Dundas nasceu em 1785 na pequena cidade interiorana de Papcastle, na Inglaterra. Para todos os efeitos, era uma mulher comum. Seu pai, de origem escocesa, era oficial da marinha britânica. Ela não integrava a nobreza, mas fazia parte de uma classe alta da sociedade, era uma mulher letrada, que teve oportunidades de acesso ao estudo e às artes desde cedo.

Em 1808, seu pai foi designado para trabalhar em um estaleiro naval da Companhia das Índias Orientais em Bombaim, na Índia. Maria o acompanhou em sua viagem, na qual conheceu Thomas Graham, um jovem oficial da marinha. Ao chegar na Índia, em 1809, casou-se com ele, tornando-se assim Maria Graham. Lá permaneceu até 1811, quando voltou para a Inglaterra com seu marido. No ano seguinte, seu primeiro livro de viagem foi publicado, *Journal of a Residence in India*.

Sua visão do mundo era inevitavelmente moldada pelo contexto em que viveu. Não aderiu a qualquer movimento ou pensamento necessariamente vanguardista ou desafiador da ordem. Mantinha as opiniões esperadas de uma mulher de seu tempo, sobretudo a respeito dos valores familiares, do papel da mulher e de instituições caras à Grã-Bretanha, como o imperialismo (AKEL, 2009, p. 14). Graham viveu durante o período de rápida industrialização britânica, processo que se refletiu em uma nova organização social. A família nuclear da ordem burguesa passava a se colocar como a base da sociedade, e o valor atribuído a ela por novas visões protestantes consolidou a divisão da sociedade em esferas masculinas e femininas (HALL, 1991, p. 70). O homem pertencia à esfera pública, onde produzia as riquezas que colocavam a Grã-Bretanha à frente da economia mundial, enquanto a mulher pertencia à esfera doméstica, onde cuidava do lar, da prole e da vida espiritual da família. Graham viveu e incorporou esse ideal, que é repetidamente revelado em sua escrita.

Em certa altura em *Journal of a Residence in India*, Graham lamenta a falta de bons exemplos de mulheres britânicas na Índia. De acordo com ela, a maioria das viajantes perdiam os hábitos de caridade que praticavam em casa, alegando que se sentiam indispostas por conta do clima tropical ou que eram afetadas pelo vislumbre da pobreza dos nativos (GRAHAM, 1812, p. 114). O consolo de Graham é uma mulher britânica de quem se tornou amiga durante sua viagem, a qual, segundo a autora, está constantemente praticando caridade com os nativos, cumprindo com suas obrigações maternas e mantendo sua vida espiritual. Para Graham, ela é um exemplo a ser seguido:

Se houvesse mais mulheres europeias assim no Oriente, para redimir o caráter das mulheres de nosso país, e para mostrar aos Hindus o que mulheres britânicas e cristãs são. (1812, p. 115)<sup>1</sup>

Em outra ocasião, Graham escreve sobre como lhe faz bem a companhia de outra amiga britânica, cuja elegância e polidez a fazem lembrar de casa (1812, p. 139).

A posição ocupada pela mulher no contexto da viagem era muito específica. Graham viajou acompanhando o marido, e portanto seu papel na viagem era entendido como secundário - ela não estava lá a trabalho. Mas ainda assim ela tinha a função primordial de manter a cultura britânica na Índia (GHOSE, 1998, p. 47). Se a manutenção da família, da ordem doméstica e da vida espiritual era o papel exercido pela mulher em casa, durante a viagem ele continuava sendo o esperado dela. Ela deveria garantir que a ordem das coisas não fosse perdida, que os viajantes não se esquecessem dos hábitos da civilização enquanto viviam em meio à barbárie.

Nesse sentido, a mulher ocupava um lugar contraditório nas viagens, principalmente quando se trata de viagens feitas ao Oriente. A lógica patriarcal que se desenvolvia nos séculos XVIII e XIX era replicada na viagem - a mulher viajante continuava ocupando uma função inteiramente distinta e diretamente inferior à do seu acompanhante homem. Mas, ao mesmo tempo, em relação aos nativos do lugar visitado, a mulher viajante estava em posição de superioridade. Esse lugar ambíguo não deixava de se refletir na sua escrita. Maria Graham, enquanto autora, variava entre tons sentimentais e frios, uma visão distanciada do objeto observado e uma narração mais íntima (AKEL, 2009, p. 15). Reafirmava seus papéis femininos ao mesmo tempo em que se representava como uma exploradora e produtora de conhecimento. Dessa forma, a escrita de viagem produzida por mulheres reflete esse cruzamento entre patriarcado e imperialismo (MILLS, 1991, p. 21).

Os efeitos do imperialismo sobre a autora ficam evidentes em sua escrita. De acordo com Graham, a Europa é o lugar onde a mente humana prospera:

Se olharmos em volta, a submissão passiva, a apatia, e a superstição degradante dos Hindus; o fanatismo mais ativos dos Muçulmanos; a avareza, a prodigalidade, a ignorância, e a vulgaridade da maioria das pessoas brancas, parecem colocá-las em um nível, infinitamente inferior àquele das nações mais refinadas da Europa. (1812, p. 134)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> No original: "Would that there were a few more such European women in the East, to redeem the character of our country women, and to shew the Hindoos what English Christian women are."

<sup>2</sup> No original: "If we look round us here, the passive submission, the apathy, and the degrading superstition of the Hindoos; the more active fanaticism of the Mussulmans; the avarice, the prodigality, the ignorance, and the vulgarity of most of the white people, seem to place them all on a level, infinitely below that of the least refined nations of Europe."

A diferença da Índia com relação à Grã-Bretanha é lida como uma inferioridade. O espaço oriental se distancia tanto da civilização europeia que até mesmo as pessoas brancas que lá estão perdem suas virtudes pelo contato com a barbárie.

Essa percepção da autora sobre a Índia pode ser melhor compreendida à luz da teoria do *Orientalismo*, de Edward Said. O autor designa como *orientalismo* a interpretação do Oriente feita pelo Ocidente, que tomava diversas formas - o orientalismo era simultaneamente uma área do conhecimento e um imaginário, uma produção intelectual feita por especialistas e uma percepção do mundo que tinha um impacto efetivo nas relações socio-culturais e na política (SAID, 2007, p. 115). O orientalismo viabilizava a dominação do Oriente na medida em que o mapeava de todas as maneiras possíveis. O Ocidente, por meio dele, podia se apropriar do Oriente tanto na prática quanto na teoria. Graham viveu um momento em que o império britânico era influenciado pelo orientalismo. A prática imperial aliada à produção orientalista culmina em um discurso legitimador do colonialismo - a inferioridade oriental justifica a dominação ocidental. Conforme foi visto, para Graham a superioridade ocidental era evidente.

Contudo, não pode-se reduzir um indivíduo às estruturas maiores que regiam o período em que viveu. Graham estava sujeita a elas, mas também as contestava da maneira por ela encontrada. Em uma passagem do seu diário de viagem, ela descreve seu horror depois de presenciar rituais de adoração em templos hindus:

Eu voltei para nossas tendas, cheia de reflexões não muito favoráveis à dignidade da natureza humana, depois de testemunhar um exemplo tão degradante de tolice supersticiosa. Se eu pudesse ser assegurada de que a comunicação com a Europa fosse, mesmo que em um período muito remoto, libertar os nativos da Índia de sua degradação moral e religiosa, eu quase poderia me reconciliar com os métodos através dos quais os europeus adquiriram posse do país. (1812, p. 72)<sup>3</sup>

Ela recorre a recursos próprios da tradição orientalista. A superstição oriental, sua "degradação moral e religiosa", são conceitos disseminados pelo orientalismo. A teoria agrupava um conjunto extremamente amplo de culturas, povos, línguas, etnias, religiões e histórias cuja semelhança era não ser ocidental - conforme a definição que a Europa passou a fazer de si em fins da Idade Média e início da Idade Moderna. Um dos pilares da identidade europeia era o cristianismo. Se a Europa seguia a verdadeira religião, a sua antítese oriental era evidentemente supersticiosa em sua adoração de múltiplos deuses.

---

<sup>3</sup> No original: "I returned to our tents, filled with reflections not very favorable to the dignity of human nature, after witnessing such a degrading instance of superstitious folly. If I could be assured that the communication with Europe would in ever so remote a period free the natives of India from their moral and religious degradation, I could even be almost reconciled to the methods by which the Europeans have acquired possession of the country."

Contudo, ao mesmo tempo em que reitera essa visão redutora, a autora enuncia uma opinião própria. Ela não concorda com os meios que permitiram a dominação da Índia. É uma demonstração de sua agência: aceitava a inferioridade oriental enquanto denunciava os modos pelos quais os britânicos tomaram posse do território indiano. Deixar implícita uma crítica ao colonialismo podia ser mais fácil para uma mulher, que não era vista como a representante do projeto imperial tal como o homem era - as expectativas sobre o seu trabalho eram indubitavelmente menores do que aquelas postas sobre o trabalho e as opiniões de um homem viajante (MILLS, 1991, p. 105). De fato, o olhar mais crítico sobre as estruturas imperiais era algo particular de viajantes mulheres, e esteve com Graham durante todas as suas viagens (PRATT, 1992, p. 160).

Entretanto, Graham não leva seu pensamento às últimas consequências. O questionamento que ela faz dos meios - os quais ela nunca explicitamente enuncia - não a fazem questionar a atividade imperial em si. Talvez porque soubesse que sua liberdade para criticar era limitada, talvez porque uma crítica maior não coubesse a uma mulher de seu tempo. Mas o fato é que o trecho em questão abre uma porta para Maria Graham enquanto sujeito cujas nuances sua escrita deixa entrever.

De modo semelhante, Graham também negociava com os valores patriarcais de seu tempo. Ela se destacou como uma das mulheres que mais publicou relatos de viagem no século XIX (KEIGHREN; WITHERS; BELL, 2015, p. 25). Após publicar *Journal of a Residence in India*, sua credibilidade foi colocada em questão, como era normal que acontecesse com autores de literatura de viagem. Contudo, o fato de ser mulher naturalmente foi um agravante. Críticos chamaram atenção para a sua sensibilidade excessiva, inerente ao seu sexo, que poderia interferir na objetividade de suas observações e relatos (KEIGHREN; WITHERS; BELL, 2015, p. 69).

Graham não deixou de reagir, à sua própria maneira. Estudou Alexander von Humboldt para aprimorar sua escrita e torná-la mais científica, assim como outros autores que escreveram sobre seus próximos destinos. Após sua viagem à Índia, ela foi para a América do Sul e passou temporadas no Brasil e no Chile, desempenhando papéis relevantes na vida social e política de cada país. Escreveu sobre ambos os lugares e para a publicação dos novos trabalhos, escolheu uma nova editora, após discordar com seus editores antigos a respeito do contrato. Foi acolhida na John Murray Publishing House, onde se tornou editora de outros autores - incluindo Lorde George Byron, navegador e explorador que sucedeu ao poeta no baronato da família (KEIGHREN; WITHERS; BELL, 2015, p.71, 150).

Sua vida, portanto, não deixou de ser um desafio aos valores patriarcais sob os quais vivia. Ela reivindicou sua autonomia viajando, em um momento em que as mulheres eram confinadas ao ambiente doméstico. Escreveu sobre essas viagens ao ponto de se tornar uma das autoras do gênero mais publicadas em seu século. Procurou a editora que se adequasse aos seus desejos e ambições e ainda se tornou ela mesma editora de grandes autores homens. Aderia ao patriarcado, como foi evidenciado em sua escrita, ao mesmo tempo em que o contestava. Os paradoxos e contradições de Graham nos aproximam de sua humanidade. Era um sujeito histórico e, assim, sua escrita contém subjetividade e historicidade juntas, se complementando ou, em tempos, se contradizendo.

A literatura de viagem foi historicamente um gênero marginalizado dentro da literatura. Pode-se arguir inclusive que é por conta dessa marginalização que as mulheres puderam participar dessa produção com mais intensidade (KORTE, 2000, p. 108). Mas isso não muda o fato de que a viagem exigia da viajante uma certa emancipação. Ela estava não somente fora do ambiente doméstico, mas fora da cultura europeia totalmente. E enquanto isso, escrevia sobre o novo lugar, evocando alguma autoridade sobre suas observações e seu conhecimento. No caso de Graham, isso é ainda mais evidente no fato de que não recorre ao seu marido para opiniões mais informadas, como era costume de outras autoras mulheres. Assim, ela assumia características tradicionalmente masculinas, de coragem, sabedoria, iniciativa e competência. Mas as expectativas da cultura britânica continuavam agindo sobre ela. Conforme dito anteriormente, ela deveria manter a cultura natal no novo lugar e não abrir mão de sua feminilidade (KORTE, 2000, p. 108).

Esse é mais um sentido em que *Journal of a Residence in India* - e obras de viajantes mulheres no geral - pode ser ambíguo. E tal ambiguidade é uma valiosa chave interpretativa. As forças que agiam sobre a autora eram conflitantes, e é desse conflito que nasce sua escrita. Entendê-la desse modo nos permite ter uma visão mais sólida de como ela se inseria nas dinâmicas imperiais do início do século XIX.

### **A Escrita de Viagem e o Discurso Imperial**

A transição entre os séculos XVIII e XIX foi um período de mudanças expressivas no modo de se viajar. A modernização dos meios de transporte, os meios de comunicação mais desenvolvidos, e melhorias infraestruturais no geral abriram maiores possibilidades. Se podia viajar distâncias maiores com mais segurança e passar mais tempo nos destinos finais. Eram os primórdios do turismo em massa, com cada vez mais setores da sociedade tendo acesso à viagem (KORTE, 2000, p. 84-85).

A viagem por lazer se misturava à viagem exploradora. Acabavam as expedições de descobrimento e agora a Europa se voltava para o interior do mundo já conhecido e recém-descoberto. Guias de viagem se popularizavam, junto de narrativas pessoais que combinavam lazer e exploração. A comunicação de informações sobre esses lugares estava presente em todos esses tipos de obra, era um importante instrumento de controle imperial (KORTE, 2000, p. 87-90). Os viajantes dialogavam com o discurso imperialista de seu tempo, mesmo quando seus destinos não eram necessariamente objetos do interesse imperial britânico direto. Muitos eram patrocinados por sociedades missionárias, acadêmicas e científicas, profundamente ligadas à produção do discurso imperialista que influenciava não só as políticas concretas da Grã-Bretanha, como moldava todo um imaginário sobre a superioridade ocidental e a necessidade de civilização dos lugares presos ao atraso e à barbárie (SAID, 2007, p. 230-232).

Um conceito fundamental, já usado aqui, é o orientalismo. Edward Said disse que o Orientalismo tendia "fatalmente para a acumulação sistemática de seres humanos e territórios" (2007, p. 178). O conhecimento orientalista atuou como um dos pilares que conferiram legitimidade à empreitada colonial no Oriente. Essa esfera discursiva do imperialismo também é um ponto crucial que é trabalhado no presente estudo. O império britânico na Índia, em particular, era profundamente influenciado pelo orientalismo. Grandes nomes dessa escola trabalhavam ativamente dentro da Companhia das Índias Orientais, guiando suas políticas com base no conhecimento orientalista. Em 1784, foi fundada em Bengala a *Asiatik Society of Bengal*, destinada à pesquisa orientalista sobre a Índia (GHOSE, 1998, p. 21).

Havia na Inglaterra uma outra corrente de pensamento que ficou conhecida como Anglicismo. Baseado nos discursos evangélico e utilitário, essa corrente defendia a ocidentalização da Índia baseada no modelo britânico. Se opunha às teorias orientalistas que ressaltavam a importância da história e dos saberes orientais e propunha uma colonização da Índia que a levasse em direção ao progresso da Europa moderna. Entretanto, o orientalismo continuou sendo a corrente dominante dentro da lógica imperial.

Apesar da disputa entre essas correntes ter ocorrido, é importante ressaltar que ela não deve ser entendida como uma oposição binária. O anglicismo se baseava muito nos conhecimentos propagados pelo orientalismo. Isso porque a corrente orientalista, apesar de reconhecer a importância do Oriente, disseminava inúmeros estereótipos e modos de pensar que enfatizavam a superioridade ocidental. E muitos pensadores orientalistas não se distanciavam muito da ideia de que o progresso do Oriente seria conseguido através da

emulação do Ocidente (GHOSE, 1998, p. 24-25). Assim, eram correntes que divergiam e convergiam, também muito influenciadas por dinâmicas políticas.

Maria Graham se inseria na tradição orientalista. Em *Journal of a Residence in India*, ela descreve minuciosamente templos, monumentos e discorre sobre o sânscrito, o hinduísmo e o zoroastrismo - tudo isso fazendo uso de uma linguagem científica e muitas vezes recorrendo a autoridades orientalistas de sua época, sem contar os inúmeros desenhos detalhados que embasam suas descrições. Existia uma tendência orientalista de escrever sobre o oriental enquanto se anulava sua agência. O cientista ocidental podia conhecer melhor o Oriente e seus elementos por sua racionalidade e sua distância do objeto estudado (SAID, 2007, p. 141). Essa tendência fica explícita no texto de Graham:

(...) eu estou tentada a acreditar que os Brâmanes de Bombaim são muito ignorantes, mesmo em relação às suas próprias ciências. (1812, p. 11)<sup>4</sup>

Os Brâmanes representam a casta superior da sociedade indiana, composta por intelectuais e mestres religiosos. O parâmetro religioso para os viajantes ocidentais era, evidentemente, o cristianismo, com sua profunda ligação com a palavra escrita e a tradição postulada por ela. Os viajantes projetavam esse modelo conhecido nas sociedades que visitavam. A religiosidade indiana era muito baseada na prática, e os textos sagrados constituíam um corpo bastante heterogêneo. Mas viajantes como Graham, que tinham como referência o cristianismo, liam em práticas religiosas fluídas uma lei maior que regia a tudo, baseada na autoridade bramânica e nas escrituras religiosas (GHOSE, 1998, p. 24). Nessa passagem em particular, a autora destitui os Brâmanes, colocados como os maiores entendedores das tradições indianas, de conhecimento. Os indianos pouco conheciam sobre si mesmos, o que tornava evidente a necessidade de obras como a de Graham, que desvendava a Índia não só para a Grã-Bretanha, mas para os próprios indianos.

A credibilidade dos Brâmanes é questionada mais de uma vez por Graham. Já ao final de sua viagem, ao tentar visitar um templo na cidade de Madras, ela diz:

Contrariamente à minha experiência usual, eu descobri que nem mesmo subornos induziram os Brâmanes a me deixar entrar no templo. (1812, p. 166)<sup>5</sup>

Ignorantes sobre suas ciências e facilmente corrompidos por subornos, assim são apresentados os integrantes da casta superior da Índia.

---

<sup>4</sup> No original: "I am tempted to believe that the Bramins of Bombay are very ignorant, even with regard to their own sciences."

<sup>5</sup> No original: "Contrary to my usual experience, I found that even bribes would not induce the Bramins to allow me to go into the temple."

Retratar a corrupção oriental era uma prática já consolidada do orientalismo. Graham participa em muitas outras. A generalização do espaço oriental era outra tendência importante. Um espaço amplo e heterogêneo era reduzido à categoria de oriental, que, a grosso modo, significava a antítese do Ocidente (SAID, 2007, p. 152). A complexidade do Oriente é eliminada, ele se torna uma amontoado de informações e dados cuja finalidade última era reafirmar a superioridade europeia. Graham, ao passear por Bombaim, diz que a visão dos mercados de rua a lembrou das *Mil e Uma Noites* (1812, p. 33). Esse é um exemplo de como regiões e contextos totalmente distintos eram ligados pela tendência de generalização.

Outra tendência era a representação do Oriente como estagnado no tempo. Se o Ocidente era marcado pelo rápido progresso material e intelectual, o Oriente só poderia estar preso no passado, demorando a atravessar as etapas da evolução humana. Graham, ao entrar em contato com as mitologias hindus, as compara com as antigas religiões de Grécia e Roma (1812, p. 53). Para ela, o Oriente moderno era semelhante ao Ocidente antigo, evidenciando a dissonância entre a evolução dos dois.

Conforme dito anteriormente, um dos grandes pilares da identidade europeia era o cristianismo, que não tinha espaço significativo no mundo oriental. As religiões desse mundo, por oposição à fé cristã, eram vistas como impregnadas de superstição e fanatismo. Depois de comentar sobre as similaridades entre as mitologias hindus, gregas e romanas, ela diz:

A ignorância e deselegância do politeísmo Hindu, vai certamente repugnar muitos que estão acostumado à graciosa mitologia da Europa antiga; mas não é indiferente, ou talvez inútil, examinar os vários sistemas religiosos que os sentimentos naturais à mente humana produziram (...) Não posso olhar com indiferença para um sistema, mesmo sendo bárbaro e supersticioso, que tem um controle tão grande sobre as mentes de seus praticantes, e que pode levá-los a menosprezar a morte e a tortura em suas formas mais terríveis. (1812, p. 54)<sup>6</sup>

A autora não deixa de dar um exemplo muito claro desse menosprezo. Mais adiante em sua viagem, ela narra seu horror ao relatar a prática hindu de sacrificar humanos aos deuses:

Possuídas por esse frenesi supersticioso, mães jogam seus filhos nas bocas de monstros marítimos, montando cenas horríveis demais para serem descritas. (1812, p. 132)<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> No original: "The coarseness and inelegance of the Hindoo polytheism, will certainly disgust many accustomed to the graceful mythology of ancient Europe; but it is not incurious, nor perhaps useless, to examine the various systems of religion which the feelings natural to the mind of man have produced (...) Nor can I look with indifference upon a system, however barbarous and superstitious, which has so strong a hold of the minds of its votaries, and which can bring them to despise death and torture in their most dreadful forms."

<sup>7</sup> No original: "Possessed by this frenzy of superstition, mothers have thrown their infants into the jaws of the sea monsters, and furnished scenes too horrible for description."

Mas os preconceitos religiosos não estavam destinados apenas aos hindus. Conforme Said expôs em sua obra, a grande ameaça oriental se apresentava para o Ocidente sob forma islâmica (20017, p. 115). A Índia contava com uma grande pluralidade religiosa, e Graham encontrou com grupos muçulmanos em diversos pontos da sua jornada. Logo no início da viagem ela faz amizade com um nativo muçulmano e resume sua impressão dele em poucas palavras:

Nosso amigo muçulmano (...) é um maometano sincero, e portanto um grande fanático. (1812, p. 16)<sup>8</sup>

O uso do termo *maometano* é por si só um fato importante. Esse termo era usado extensamente pelos viajantes para se referir ao islã. Analisando a figura de Maomé, os orientalistas assumiam que ele estava para o islamismo assim como Jesus estava para o cristianismo. E seu nome era então dado à religião, ignorada toda a sua lógica interna. A referência a Maomé como um impostor, um falso messias, elucida a concepção ocidental do islã: ele era, por definição, uma versão falida do cristianismo (SAID, 2007, p. 99 e 155).

O contato de Graham com esse amigo a levou a conhecer a mulher muçulmana. A mulher oriental, de forma geral, sempre foi um objeto de atenção especial de viajantes e escritores orientalistas. Na passagem do século XVIII para o XIX, o Ocidente vivia a transição para uma sociedade industrial, o conseqüente aburguesamento das relações e a institucionalização do sexo. Mas se a sexualidade no Ocidente se prendia a normas sociais, no Oriente ela era livre - o que era evidentemente mais um sinal de seu atraso, mas não deixava de ter seu apelo para os viajantes homens. As possibilidades sexuais no espaço oriental ocupavam um espaço primordial no imaginário ocidental. Se tornaram, inclusive, mercadorias reais, conquistadas por aqueles que viajavam para o Oriente, ou imaginárias, para aqueles que liam sobre elas nos livros de viagem (SAID, 2007, p. 263). O homem ocidental podia considerar mulheres conterrâneas como inferiores pela lógica patriarcal, mas no Oriente elas eram mais do que isso - eram também sujeitos coloniais, subordinadas ao poderio ocidental, nativas do espaço explorado que, por extensão, também poderiam ser exploradas.

No caso de viajantes mulheres, contudo, a dinâmica se modifica. Graham participava nas estruturas coloniais e patriarcais, sem dúvida, mas de um modo diferente dos homens. Ao conhecer o nativo muçulmano ela é convidada para visitar sua casa e, por conseqüência, seu harém. O harém ocupava um lugar privilegiado na mentalidade ocidental. Homens de fora não podiam entrar nele, e assim ele permaneceu por muito tempo como objeto de especulações que se fazia presente na literatura, na arte, na produção acadêmica. A sexualização desse

---

<sup>8</sup> No original: "Our Mussulman friend (...) is a sincere Mahometan, and therefore a great bigot."

espaço era inevitável: era o lugar ocupado pelas esposas de um homem muçulmano, representava a submissão das mulheres ao seu marido, a possibilidade do homem de ter mais de uma esposa ao seu dispor.

Graham entra no harém e conhece as mulheres que o habitam. Ela descreve o espaço, suas dimensões e sua decoração. Depois descreve as mulheres, suas vestimentas modestas que cobriam o corpo todo e seus ornamentos (1812, p. 18). Então, ela segue dizendo:

Estando preparada para esperar muito pouco de mulheres muçulmanas, eu não pude evitar ficar chocada em vê-las tão desprovidas de cultura como as achei. Elas murmuram suas rezas, e algumas leem o Corão, mas nenhuma delas o entende. Também não conseguem ler a própria língua, ou escrever, e o único tipo de trabalho que elas fazem é um pouco de bordado. Elas fazem colares, trançam fios, dormem, brigam, cozinham, mastigam betel, na mesma ordem diária; e é só com a morte, um nascimento, ou um casamento, que a monotonia de suas vidas é interrompida. (1812, p. 18-19)<sup>9</sup>

A inferiorização da mulher muçulmana é evidente. As habitantes do harém são desprovidas de todas as qualidades que fazem de uma mulher ocidental uma esposa exemplar (HALL, 1991, p. 60 e 85). Contudo, ela faz uma descrição particularmente dessexualizada do harém. Sua crítica é feita ao intelecto e à disposição das mulheres que o habitam, e sua descrição física delas é notavelmente curta e mais focada nos acessórios que usavam do que qualquer outra coisa. Graham indubitavelmente dialogava com a tradição patriarcal que ganhava cada vez mais espaço na Grã-Bretanha, mas da maneira própria de uma mulher que negociava com essa mesma tradição para levar a vida que desejava.

Também em outros pontos a autora interagiu com o imaginário de seu tempo de uma forma específica. Depois de visitar os templos da Ilha de Elefanta, ela escreve:

Seria curioso seguir o desenvolvimento e queda dos artistas que produziram tais monumentos; mas nem um traço da sua história permanece, e nos resta procurá-la no progresso natural de um povo sutil e engenhoso, mas deprimido pela superstição e pela total impossibilidade de ascender individualmente, por virtudes ou talentos, para uma posição social mais alta do que aquela ocupada por seus ancestrais. (1812, p. 58)<sup>10</sup>

O povo britânico, no século XIX, se via cada vez mais como pertencente a um lugar mais próspero, civilizado e livre que o resto da Europa e do mundo (COLLEY, 1992, p. 91-100). A

---

<sup>9</sup> No original: "Prepared as I was to expect very little from Mussulman ladies, I could not help being shocked to see them so totally void of cultivation as I found them. They mutter their prayers, and some of them read the koran, but not one in a thousand understands it. Still fewer can read their own language, or write at all, and the only work they do is a little embroidery. They thread beads, plait coloured threads, sleep, quarrel, make pastry, and chew betel, in the same daily round; and it is only at a death, a birth, or a marriage, that the monotony of their lives is ever interrupted."

<sup>10</sup> No original: "It would be curious to follow out the advancement and fall of the arts which produced such monument; but not a trace of their history remains, and we are left to seek it in the natural progress of a people subtle and ingenious, but depressed by superstition, and the utter impossibility of rising individually, by any virtues or any talents, to a higher rank in society than that occupied by their forefathers."

liberdade individual ocupava um lugar central nessa consciência - algo que notavelmente faltava na Índia. Para Graham, a predominância do sistema de castas e a superstição religiosa que impedia que aquela fosse superada eram marcadores claros da decadência de uma sociedade estática. Mas, novamente, Graham também emite um juízo só seu, favorável ao povo indiano, ao ver na arquitetura dos templos sinais de engenhosidade e inclinação artística. Ela elogia os indianos enquanto os vê como vitimizados por um regime social - que poderia ser mudado pela boa presença britânica. Uma opinião sua, que não deixava de ter uso para o discurso imperial.

A literatura de viagem retrata as relações e práticas imperiais e *produz* um discurso legitimador delas. A escrita de Graham nos revela como se davam as relações entre colonizadores e colonizados, muito influenciadas pela lógica imperial que se apoiava na teoria orientalista. E ao mesmo tempo em que retrata essas experiências, Graham produz um discurso que legitima o imperialismo. Ela pôde verificar a inferioridade oriental - a superstição dos indianos, seu atraso, as barbaridades de sua cultura - e reproduzi-la em seu discurso para garantir a continuidade da racionalidade imperialista. Maria Graham vinha de uma posição de superioridade, e tinha consciência disso. Ao visitar orfanatos indianos, ela emite a seguinte opinião:

Eu não posso deixar de achar uma crueldade mandar crianças de cor para a Europa, onde sua compleição vai submetê-las à mortificação perpétua. Aqui, estando no seu próprio país, e se associando com aqueles que estão na sua mesma situação, eles têm melhores chances de serem felizes. (1812, p. 128)<sup>11</sup>

A mera aparência dos indianos os impedia de ter uma vida na Europa. Mas nada sobre Graham, sua forma física ou seus costumes a impede de viajar para a Índia. Pelo contrário, o fato de ser branca a permite penetrar no espaço oriental com autonomia e liberdade. Há aqui uma relação clara de poder, algo que já foi enunciado por Mary Pratt quando ela definiu o conceito de *zona de contato*. Segundo a autora, essas zonas eram os lugares onde pessoas geográfica e culturalmente distantes uma da outra se encontravam (1992, p. 1-15). É o lugar de onde uma viajante como Graham pôde produzir conhecimento. Trocas culturais são inerentes à zona de contato, mas elas sempre estão inseridas em uma estrutura de poder. As trocas entre Graham e a Índia não são de igual para igual, mas de dominante com dominado.

No caso indiano, a relação de poder é evidente. Graham seria uma figura dominante em qualquer espaço oriental, mas na Índia ela era proveniente da metrópole de onde vinha a companhia comercial que dominava boa parte do comércio indiano. E, não só isso, ela vinha

<sup>11</sup> No original: "I cannot but think it a cruelty to send children of colour to Europe, where their complexion must subject them to perpetual mortification. Here, being in their own country, and associating with those in the same situation with themselves, they have a better chance of being happy."

da metrópole que estava a caminho de implementar o império formal na Índia. É a isso que se dedica a seção seguinte.

### **Companhia das Índias Orientais e Contexto Político-Econômico**

Existem diversas abordagens historiográficas do império britânico. Dialogo aqui com a abordagem apresentada pelo historiador James Vaughn. O autor propõe uma análise do império britânico que transcende as discussões sobre metrópole e colônia. Em tais discussões, tende-se ou a enfatizar a importância dos eventos de menor porte na colônia, entendendo-os como os propulsores da atividade imperial; ou a colocar em destaque as políticas coloniais emitidas pela Grã-Bretanha, que teriam mais a ver com as necessidades político-econômicas e ideológicas do que com o que de fato se passava na colônia.

Vaughn concilia essas duas possibilidades em uma abordagem de alto valor interpretativo. Focaliza as dinâmicas maiores da política imperial britânica sem subestimar a interação delas com os eventos locais das diversas colônias do império (VAUGHN, 2019, p. 12). Assim, o contexto indiano pode ser entendido tanto em sua particularidade quanto em sua relação com o todo. Adoto a divisão entre Primeiro e Segundo Império Britânico e conceitos como império formal e informal, postulados por historiografias anteriores e também utilizados pelo autor.

O Primeiro Império Britânico foi aquele que tomou forma no eixo do Atlântico durante os séculos XVII e XVIII. Profundamente influenciado pela lógica mercantil, esse império tinha como centro a América do Norte, embora durante esse período diversos territórios nas Índias Orientais também contassem com entrepostos comerciais britânicos. Seu objetivo final era a manutenção de redes comerciais, e não o controle sobre povos e territórios. Já o Segundo Império foi aquele que se delineou em finais do século XVIII e no século XIX, baseado principalmente no controle territorial e em políticas de extração de recursos (VAUGHN, 2019, p. 34-35). É importante ressaltar, contudo, que uma lógica binária não deve ser aplicada. O comércio permaneceu importante para o imperialismo britânico durante o Segundo Império, e o Primeiro Império também envolvia questões de domínio - que estavam subjugadas à finalidade última de conservação dos fluxos comerciais. Mas na passagem entre eles verifica-se uma mudança clara na política imperial, que transita para a anexação de territórios e o controle político direto. Maria Graham escreve desse período de transição.

O poder britânico na Índia por muito tempo se resumiu a postos comerciais da Companhia das Índias Orientais, dispersos e pouco conectados entre si (POUCHEPADASS,

2004, p. 303). Entretanto, isso mudou durante o século XVIII. Em 1757, acontece a Batalha de Plassey. Uma das principais províncias indianas que contava com a presença britânica era Bengala. Em meio à Guerra dos Sete Anos contra os franceses e tensões com o regime Mugal por conta do abuso de privilégios comerciais por parte de residentes britânicos, a Companhia resolveu fortificar a principal cidade da província, Calcutá. Isso seria uma forma de proteção contra forças indianas inimigas e a Companhia francesa, que também contava com entrepostos na Índia. Contudo, a fortificação de uma cidade ia contra regras claras do império Mugal e o seu correspondente nababo (governador ou vice-rei) de Bengala. O resultado foi uma batalha que terminou com a vitória da Companhia sobre as forças do nababo, o qual foi substituído por Mir Jafar, um homem da confiança do diretor da Companhia em Bengala, Robert Clive. A partir de então, Bengala se tornou um território controlado pela Companhia, com Mir Jafar ocupando uma posição cada vez mais simbólica e dependente das políticas britânicas (VAUGHN, 2019, p. 92).

Apesar de esse primeiro passo ter sido dado por conta de uma condição imediata de guerra, um contexto mais amplo permitiu que o controle sobre a Índia se conservasse e expandisse. O século XVIII foi um período em que reinou o poder liberal na Grã-Bretanha, estabelecido no pós-1688 em oposição à tentativa de restauração conservadora do poder absolutista entre as revoluções inglesas (VAUGHN, 2019, p. 33). Era um poder liberal moderado, que procurava manter o monopólio da Companhia e limitar a competição no comércio exterior, mas ainda assim mantinha-se a lógica do Primeiro Império de pouca intervenção político-militar nas colônias.

O contexto após Plassey era outro. A Guerra dos Sete Anos causou uma polarização no cenário doméstico da Grã-Bretanha. Desavenças sobre como prosseguir com a guerra e, posteriormente, com os acordos de paz, radicalizaram tanto liberais quanto conservadores. Com o fim da guerra, essa radicalização se manteve e foi revertida para novos alvos. Os conservadores defendiam a manutenção das liberdades estabelecidas em 1688 junto da conservação do caráter oligárquico da política britânica, em resposta à radicalização democrática crescente por parte de outros setores (VAUGHN, 2019, p. 114). Além disso, a economia britânica se encontrava fragilizada depois de 7 anos de guerra em territórios europeus e ultramarinos. A atenção e os recursos britânicos se voltaram para a guerra, e em meio a isso o contrabando floresceu em diversas colônias, em especial na América do Norte e também na Índia, onde o abuso de liberdades comerciais por membros da Companhia já era prática conhecida. O grupo conservador defendia um Estado mais interventor nas colônias para corrigir essa situação e melhorar a infraestrutura que permitia a exploração econômica,

para recuperar a economia pós-guerra - e essas ideias encontravam território fértil entre a elite proprietária de terras (VAUGHN, 2019, p. 132-136).

Outro elemento importante desse contexto era o processo de industrialização pelo qual a Grã-Bretanha passava na transição do século XVIII para o século XIX. O capital passava do domínio da circulação para o controle da produção, que era progressivamente mecanizada, com custos de produção diminuídos e uma produtividade que aumentava em ritmos cada vez mais rápidos. Tais mudanças logo gerariam outras, em escala global. As demandas de uma economia industrial inevitavelmente colocaram em movimento a economia internacional, na qual todas as áreas do globo passaram a desempenhar novas funções (KEMP, 1987, p. 18-21). A Grã-Bretanha era a principal produtora de manufaturados, mas ela precisava de fontes de matéria-prima e mercados consumidores substanciais para absorver todo o volume da sua produção. Era por esses elementos que ela buscava na nova fase imperialista iniciada no final do século XVIII.

O principal produto exportado por Bombaim é o algodão cru, que vem principalmente da província de Gujarate, que também nos fornece trigo, arroz e gado (...) As Ilhas Laquedivas e Maldivas fornecem a maior parte dos cocos para fazer óleo e cordas para fazer cordames; e das florestas do Malabar nós recebemos madeira e diversas drogas e borrachas, particularmente a Dammar, que é usada aqui para fazer resina. Em troca desses artigos, nós fornecemos manufaturados britânicos, em particular equipamentos, e uma variedade de artigos chineses, para os quais Bombaim é o maior depósito neste lado da Índia. (GRAHAM, 1812, p. 13)<sup>12</sup>

Aqui vemos a dinâmica econômica de forma clara. A Índia e outras regiões circundantes forneciam matérias primas com as quais a Grã-Bretanha fazia produtos manufaturados, que então voltavam para esses lugares. Graham ainda diz que, junto dos manufaturados, os britânicos forneciam também artigos chineses. Aqui está um remanescente da lógica comercial que prevaleceu no Primeiro Império, quando a Grã-Bretanha utilizava as rotas estabelecidas como meios para trocas comerciais que tomavam várias direções, ao invés de se apoiar nesse fluxo bilateral constante de compra de matéria-prima e venda dos produtos prontos. Essa última dinâmica, dominante no Segundo Império, também está refletida na seguinte passagem do diário de Graham:

Em Bombaim têm muitos (...) comerciantes viajantes, que vêm principalmente de Gujarate, e vagam pelo país com musselinas, tecidos de

---

<sup>12</sup> No original: "The principal export from Bombay is raw cotton, which is chiefly drawn from the subject province of Guzerat, which likewise supplies us with wheat, rice, and cattle (...) The Laccadive and Maldiv islands furnish the greatest quantity of coconuts for oil and coier for cordage; and from the forests of Malabar we get timber and various drugs and gums, particularly the Dammar, which is used here for all the purposes of pitch. In return for these things, we furnish British manufactures, particularly hardware, and a variety of Chinese articles, for which Bombay is the great depôt on this side of India."

algodão, e xales, para vender. Ao abrir um de seus fardos, eu fiquei surpresa em ver que pelo menos metade de seu conteúdo eram manufaturados britânicos, e esses artigos eram muito mais baratos do que aqueles de igual qualidade vindos de Bengala e Madras. Exceto por um tipo particular de Chintz feito em Poona, e pintado de dourado e prateado, não existem bons tecidos de algodão feitos deste lado da península; mas ainda parece estranho, que algodão levado para a Inglaterra, manufaturado, e devolvido para esse país, desvalorize os produtos da Índia, onde a mão-de-obra é tão barata. Mas eu acredito que isso se deve parcialmente à instabilidade e dificuldade de transporte aqui, embora o uso de maquinário em casa seja a principal causa. (1812, p. 33)<sup>13</sup>

Não era o caso de os produtos britânicos serem os únicos disponíveis. O que ocorria é que a mão-de-obra indiana (que é classificada pela autora como sendo muito econômica repetidas vezes) tornava a matéria-prima barata. Aliado a isso, o advento da maquinaria barateava a produção e, por consequência, os produtos. Assim, a concorrência era baixa. Graham se refere aqui a tecidos de algodão, e de fato foi no setor têxtil que teve início o processo de industrialização. O algodão vindo tanto da Índia como da América do Norte gerou uma reserva de recursos, a qual junto das reservas naturais de carvão e ferro existentes em território britânico possibilitou a modernização do setor. Esta, por sua vez, levou à industrialização em áreas como as de construção civil e extração de recursos minerais (KEMP, 1987, p. 22-24).

Assim, o contexto econômico e político da Grã-Bretanha no final do século XVIII e início do século XIX possibilitou a conservação e expansão do que foi conquistado com Plassey. A vertente conservadora se acomodou no poder, com um ministério favorável ao programa de Clive e que buscava suprir as exigências da economia pós-guerra (VAUGHN, 2019, p. 137). E as demandas desse poder, junto daquelas trazidas pela nova economia que florescia no solo britânico, criaram um ambiente propício para a manutenção do controle sobre a Índia e a busca por mais territórios para submeter.

Esses eventos não deixavam de estar inseridos no processo maior de consolidação dos Estados-nação burgueses na Europa. Com o advento da industrialização, as recém fortalecidas burguesias se voltavam para seus governantes em busca de medidas correspondentes ao novo contexto econômico. Fronteiras melhor definidas, tarifas tributárias, políticas claras de

---

<sup>13</sup> No original: "In Bombay there are a good many (...) travelling merchants, who come mostly from Guzerat, and roam about the country with muslins, cotton-cloth, and shawls, to sell. On opening one of their bales, I was surprised to find at least half of its contents of British Manufacture, and such articles were much cheaper than those of equal fineness from Bengal and Madras. Excepting a particular kind of Chintz made at Poonah, and painted with gold and silver, there are no fine cotton-cloths made on this side of the peninsula; yet still it seems strange, that cotton carried to England, manufactured, and returned to this country, should undersell the fabrics of India, where labour is so cheap. But I believe this is owing partly to the uncertainty and difficulty of carriage here, although the use of machinery at home must be the main cause."

importação e exportação - todas eram providências importantes de serem tomadas para qualquer Estado que quisesse se afirmar no mundo capitalista. E o controle maior sobre as colônias era outra medida crucial para assegurar fornecedores e mercados para a classe social que se afirmava como dirigente econômica das novas nações. No caso britânico, isso tinha efeito ainda maior visto a aliança que foi forjada entre a classe proprietária, que já dominava a vida política, e a nascente burguesia (COLLEY, 1992, p. 56).

Com Plassey, Bengala estava sob controle, e então a Companhia procurou assegurar a estabilidade das regiões circundantes, e anular qualquer ameaça que restasse ao seu poder. Acordos entre oficiais britânicos e governantes locais passavam uma parte dos impostos arrecadados para o controle da Companhia. Às vezes, a própria Companhia passava a os recolher, e a receita fiscal obtida era usada para mais fortificações e intervenções em outros lugares (POUCHEPADASS, 2004, p. 309). Pressões militares, diplomáticas e econômicas eram instrumentos poderosos, e ao início do século XIX, mais da metade do subcontinente indiano estava sob alguma forma de controle da Companhia.

Com tanto poder adquirido, a supervisão governamental começou. Em 1784, o *India Act* estabeleceu por vias indiretas a necessidade de obediência da Companhia à Coroa (POUCHEPADASS, 2004, p. 311-312). Conforme a importância econômica da Índia aumentava e os recursos da Companhia para a extração de renda da colônia se tornavam insuficientes, a interferência por parte do governo crescia. Segundo Vaughn:

Estava claro para observadores informados que o império marítimo da liberdade estava sendo transformado em um império autocrático e tributário. O projeto imperial conservador, com sua política econômica extrativa e seu comprometimento com o domínio militarizado, estava ascendendo. (2019, p. 213)<sup>14</sup>

A Companhia das Índias Orientais não cabia mais nessa lógica. Seu poder foi se tornando cada vez mais simbólico, até ser completamente extinto em 1858. A partir de então, o território indiano se tornou posse direta da Coroa britânica.

## Conclusão

Segundo a autora Kate Teltscher, "a literatura de viagem (sobre a Índia) teve um papel na transição (da Grã-Bretanha) de parceiro comercial para poder governante, promovendo a ideia de domínio britânico e articulando suas ansiedades" (2002, p. 192).<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> No original: "It was clear to informed observers that the maritime 'empire of liberty' was being transformed into an autocratic and tributary empire. The New Tory imperial project, with its extractive political economy and its commitment to militarized rule, was in the ascendant."

<sup>15</sup> No original: "Travel writing played its part in the transition from trading partner to ruling power, both promoting the idea of British rule and articulating its attendant anxieties."

Maria Graham escreve sobre as carências da sociedade indiana, sobre a superioridade da Grã-Bretanha, sobre a necessidade de controle da última sobre a primeira. Ela escrevia como alguém vindo da metrópole que estava conscientemente a caminho do controle formal do território indiano. Ela está inserida em um contexto em que a escrita sobre a Índia produzida por autores britânicos tomava uma forma particular. O domínio cada vez maior e mais real produzia uma nova literatura de viagem: se nos séculos anteriores havia um modo europeu de escrita sobre a Índia, já no início do século XIX se consolida um modo especificamente britânico (TELTSCHER, 2002, p. 192). Os viajantes vindos da Grã-Bretanha escreviam não só do lugar de superioridade ocidental sobre o espaço oriental, mas escreviam do lugar de poder do dominador sobre o dominado.

Graham foi profundamente influenciada pela Grã-Bretanha onde viveu. Um país que, devido a projetos políticos e pressões econômicas, mudava suas práticas imperiais. Voltava-se para o Oriente e botava em prática uma nova lógica de exploração econômica. Exploração essa que era possibilitada por um modo de ver o mundo moldado pela tradição orientalista, que penetrava nas profundezas da máquina colonial britânica. A autora expressou nas páginas de seu diário o imaginário de sua época.

Mas a literatura de viagem, ao mesmo tempo em que reproduz, fabrica. Assim, *Journal of a Residence in India* é uma obra única. Na Índia, Graham ecoou o que outros haviam dito enquanto dizia coisas novas - sobre o harém, sobre os modos de conquista do território indiano, sobre as religiões que encontrou. Ela negociou com as estruturas patriarcais de seu tempo para poder produzir sua obra, ao mesmo tempo em que as reiterou em alguns pontos de sua escrita. Participou da atividade imperial a partir do contato direto com o lugar colonizado, seus habitantes e sua cultura, mas estava inserida em um projeto maior, emitido da Grã-Bretanha e produto de dinâmicas políticas e econômicas. A conjuntura em que a cultura é produzida importa, tanto quanto a cultura para essa mesma conjuntura. Ambas estão em diálogo constante, embora nunca estável.

O estudo de Maria Graham proporciona a compreensão das nuances e dinâmicas que permeiam o imperialismo enquanto prática e enquanto discurso, duas esferas indissociáveis. A literatura de viagem, deste modo, é um lugar privilegiado de estudo do imperialismo - ela permite que se una metrópole e colônia, que se entenda o mundo imperial através de suas várias esferas.

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AKEL, Regina. *The Journals of Maria Graham (1785-1842)*. NY: Cambra Press, 2009.
- BRIDGES, Roy. Exploration and travel outside Europe (1720-1914). In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. UK: Cambridge University Press, 2002.
- BUZARD, James. The Grand Tour and after (1660-1840). In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. UK: Cambridge University Press, 2002.
- COLLEY, Linda. *Britons - Forging the Nation 1707-1837*. UK: Yale University Press, 1992.
- GHOSE, Indira. *Women Travellers in Colonial India: The Power of the Female Gaze*. UK: Oxford University Press, 1998.
- GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: George Ramsay and Company, 1812.
- GONÇALVES, Margareth. Livros de viagem do Oitocentos e a fabricação do Ocidente: a Índia e a escrita em Maria Graham. *Revista de História*, v. 12, n. 22, p. 96-117, 2011.
- HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HULME, Peter; YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. UK: Cambridge University Press, 2002.
- JORDAN, Nicolle. Maria Graham's Tropical Landscaping of Brazilian Independence. *ETropic: electronic journal fo studies in the tropics*, v. 22, n. 1, p. 260-184, 2022.
- KEIGHREN, Innes; WITHERS, Charles; BELL, Bill. *Travels into Print: Exploration, Writing and Publishing with John Murray, 1773 - 1859*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015
- KEMP, Tom. Industrialização britânica e europeia. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A revolução industrial na Europa do século XIX*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 17-49.
- KORTE, Barbara. *English Travel Writing: From Pilgrimages to Postcolonial Explorations*. Palgrave Macmillan, 2000.
- LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. RJ: Editora UFRJ, 1997.

MILLS, Sara. *Discourses of Difference: An analysis of women's travel writing and colonialism*. UK: Routledge, 1991.

MORGAN, Marjorie. *National Identities and Travel in Victorian Britain*. UK: Palgrave Macmillan, 2001.

POUCHEPADASS, Jacques. Índia: o primeiro século colonial. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PRATT, Mary-Louise. *Imperial Eyes: Travel and Transculturation*. New York: Routledge, 1992.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TELTSCHER, Kate. India/Calcutta: city of palaces and dreadful night. In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. UK: Cambridge University Press, 2002.

THOMPSON, Carl. *The Routledge Companion to Travel Writing*. UK: Routledge, 2015

VAUGHN, James. *The Politics of Empire at the Accession of George III: The East India Company and the Crisis and Transformation of Britain's Imperial State*. New Haven: Yale University Press, 2019.

VEER, Peter van der. *Imperial Encounters: religion and modernity in India and Britain*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

YEANDLE, Peter. *Citizenship, Nation, Empire - The politics of history teaching, 1870-1930*. Manchester: Manchester University Press, 2015.